



Dia do Trabalho, da valorização e da defesa do emprego no setor

Página 3

MP flexibiliza contratos de trabalho e mais

O Governo Federal publicou Medida Provisória que flexibiliza legislação trabalhista, que poderão ser adotadas pelos empregadores por até 120 dias. Veja algumas das novas regras federais para o setor. **Página 8**

Nossa homenagem a trabalhadores e mães no comércio

Opinião, Pág. 2



Dias da Mães com esperança e mais desafio no setor

O comércio enfrenta o segundo ano com restrições, precauções pela epidemia na véspera do Dia das Mães, apontado por muitas empresas como o “segundo Natal”. Traz muitos desafios e esperança. **Página 4**

Notificação pede fim de acordos ilegais com empresas

Pág. 5

Concessão prevê novo terminal para aeroporto

A concessão do aeroporto de Marília prevê seis anos para que a cidade tenha novo terminal de passageiros. Veja mais na **Pág. 7**

Empresa monta base para nova Zona Azul digital

Pág. 5



Curtas

Reforma

A Reforma Tributária ganhou contornos incertos diante da pandemia. Segundo o jurista Ives Gandra da Silva Martins, presidente do [Conselho Superior de Direito \(CSD\)](#) da FecomercioSP, não há possibilidade de ter a certeza de que as atuais propostas estejam de acordo com a conjuntura pós-pandemia.

Mercosul

Os países-membros do Mercosul precisam de mais liberdade para negociarem acordos bilaterais, defendeu hoje (23) o ministro da Economia, Paulo Guedes. A flexibilidade para cada país negociar acordos individuais aumenta a integração internacional, respeitando o ritmo de cada sócio.

Fome não espera

A Campanha “Doe! A Fome Não Espera” em Marília arrecadou 2,5 toneladas de alimentos. A campanha formou uma grande força-tarefa de arrecadação na cidade. Doações podem ser feitas de segunda a sexta, das 8h às 14h, na sede do Fundo Social, na rua 9 de Julho, 1.600, telefone (14) 3417-6650.

Fala, presidente

Dia do Trabalho e Dia das Mães. Em dois finais de semana seguidos o comércio terá algumas das datas mais importantes do ano e elas nunca foram tão significativas.

Estamos desde o início da epidemia em uma luta constante para sobreviver física e economicamente. E em todos os momentos a proteção do empregado, do emprego e da renda foram bandeiras de lutas.

Adotamos as medidas cabíveis, cobramos do poder público, buscamos a negociação. E se não avançamos mais foram por momentos de insensibilidade ou insensatez que não acompanham a realidade do país.

O comércio segue com sua tradição de porta de entrada no mercado de trabalho. Agradeço aqui a todos os comerciários pela dedicação, envolvimento, compreensão, sacrifício pessoal e confiança no setor.

Tenho uma grande honra em minha vida ligada ao comércio e um indescritível prazer em encontrar empreendedores, lideran-



ças e autoridades que vi iniciarem sua vida nos balcões de lojas da cidade.

No mesmo sentido quero cumprimentar em nome da diretoria todas as mães que trabalham e deixam famílias e filhos para crescer com o comércio.

Destaco as empresárias, comerciantes, prestadoras de serviços que fazem crescer a economia sem perder o carinho e o foco por suas famílias.

Tenho enorme prazer em conviver com elas no Sindicato, nas empresas e especialmente em casa, com uma mulher, trabalhadora, guerreira e mãe exemplar, Eneida.

Obrigado por tudo, tenhamos a força, saúde e bênçãos de Deus para fazer mais.

Expediente

SINCOMÉRCIO MARÍLIA

Av. Carlos Gomes, 427 –
Centro – Marília/SP

Tel. (14) 3402-4444

www.sincomerciomarilia.com.br

Presidente:

- Pedro Pavão

Vice-Presidente:

- Eduardo Kiyoshi Kawakami

1.º Secretário:

- Celso Olivier de Souza

2.º Secretário:

- Luiz Tallero Garcia

1.º Tesoureiro:

- Paulo Querino da Paixão

2.º Tesoureiro:

- Vanderlei Souza Azevedo

Suplente:

- Flávio Felice Di Fiore
- Jorge Luiz Claviço
- Flávio Felice Di Fiore Jr
- Webber Jo Ibara
- Wilson Mattar
- Jefferson Sanches Gravena

Conselho Fiscal:

- Flávio Felice Di Fiore
- Jorge Luiz Claviço
- Webber Jo Ibara

Conselho Fiscal Suplente:

- Wilson Mattar
- Celso Olivier de Souza
- Jefferson Sanches Gravena

Delegado:

- Pedro Pavão
- Eduardo Kiyoshi Kawakami

Delegado Suplente:

- Paulo Querino da Paixão
- Vanderlei Souza Azevedo

Produção

Giro Marília

Jornalista responsável

- Rogério Martinez

Contatos

imprensa.sincomercio@terra.com.br

(14) 99895-9292

DIA DO TRABALHO**Valorização e proteção ao emprego, lutas do ano**

A comemoração do Dia do Trabalho, 1º de Maio, ganhou um status ainda mais importante neste ano de 2021? É um ano de reconhecimento, gratidão e de medidas para proteção do emprego e geração de renda.



O comércio de Marília tradicionalmente revelou, formou e colocou no mercado profissionais de muita qualificação e destaque.

São vários os casos de empregados que se tornaram comerciantes de sucesso, lideranças do setor e políticas.

Eles estão na pre-

feitura, na Câmara, na diretoria do Sincomércio Marília e de grandes redes da cidade e fora de Marília.

Focado nesta tradição, o Sincomércio tem adotado uma série de medidas para valorização dos profissionais e manutenção dos empregos e rendimentos para suas famílias.

São ações junto a órgãos públicos e aos representantes dos trabalhadores.

- Distribuímos e divulgamos muita informação sobre prevenção e medidas sanitárias

- Defendemos medidas de suporte econômico ao setor.

- Buscamos acordos para proteção dos empregos com manutenção de renda e suporte especial

- Buscamos acordo para trabalho especial em momento de grande apelo de consumo pelo Dia das Mães.

Não encontramos respaldo ou apoio às nossas propostas em negociações com o Sindicato dos Empregados do Comércio.

Mas não desistimos. Fortalecer os empregados é uma luta do comércio. Vamos sobreviver juntos, crescer juntos. Vamos trabalhar.

Ofício explica por que defendemos a abertura no feriado

O Sindicato do Comércio Varejista encaminhou um ofício com proposta de aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho para permitir a abertura das lojas no dia 1º. Veja alguns detalhes do ofício

“A presente solicitação é de extrema importância, visto que houve o fechamento do comércio na cidade e região de Marília/SP por mais de 80 (oitenta) dias do ano de 2021, conforme atualizações do Plano SP:

- 01/01/2021 – Fase Laranja na região de Marília
- 15/01/2021 – Fase Vermelha na região de Marília
- 05/02/2021 – Fase Laranja na região de Marília
- 26/02/2021 – Fase Vermelha na região de Marília
- 03/03/2021 – Fase Vermelha no Estado de São Paulo

- 11/03/2021 – Fase Emergencial no Estado de São Paulo

- 18/04/2021 – Início da Fase de Transição

Diante disso, como forma de mitigar os impactos econômicos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a fim da premente necessidade de manutenção dos empregos e renda dos trabalhadores e bem assim das empresas do comércio varejista, é a presente para requerer a assinatura de termo aditivo que autorize o funcionamento do comércio no dia 01/05/2021. “

Prevê ainda normas estabelecidas no Plano SP, com capacidade de 25% (vinte e cinco por cento) e com os protocolos sanitários setoriais.

DIA DAS MÃES**“Segundo Natal” com esperança e desafios**

O comércio enfrenta em 2021 o segundo ano com restrições, precauções e controle da epidemia na véspera do Dia das Mães, apontado por muitas empresas como o “segundo Natal”.

Em fase de transição nas regras estaduais de flexibilização, a cidade e toda a região atravessam 15 dias com lojas abertas e exigências de controle e criatividade.

O controle sanitário como proteção aos consumidores, empregados e lojistas nunca foi tão importante.

Até o Dia das Mães o setor deve atravessar uma nova e sempre preocupante reavaliação das regras de quarentena.

Os dirigentes do Sincomércio entendem que os dados da epidemia na região mostram que as lojas fechadas não alteraram significativamente a força da nova onda e nem as taxas de isolamento.

Ou seja, o problema não está nas empresas. O comércio defende fiscalização de festas e orientação.

**Até 58% pretendem comprar presentes para as mães**

Pesquisa da Associação Comercial de São Paulo aponta que 58,6% dos brasileiros pretendem dar presentes no Dia das Mães.

Os itens mais citados são calçados e vestuários, com a preferência de 65,2% dos brasileiros. Os perfumes e cosméticos foram mencionados por 53,9%.

Os móveis e eletrodomésticos são uma opção para 34,3% dos consumidores no estado de São Paulo. Para o economista da associação comercial, Mar-

cel Solimeo, isso é um reflexo da quarentena contra o novo coronavírus.

“Isso tudo é resultado do *home office* e da vida mais doméstica que a sociedade está vivendo nestes tempos”, destacou.

Ganharam espaço nas preferências as cestas de café da manhã (18,6%) e delivery de refeições (11,3%).

Em 15 dias de abril, o varejo da cidade de São Paulo registrou uma queda de 30,7% no movimento.

“Limpa Nome” pode ampliar o consumo no varejo

Ação da plataforma Serasa Limpa Nome oferece a oportunidade de se quitar as dívidas, negociando descontos e parcelando as dívidas com parcelas a partir de R\$ 9,90.

A negociação abrange dívidas com as 50 empresas parceiras da ação.

Entre fevereiro a março de 2021, o número de inadimplentes no Brasil passou de 61,56 milhões para 62,56 milhões.

Para a entidade, isso pode ser um reflexo do impacto da pandemia na economia.

A média de débitos é de R\$ 3.903,73 cada.

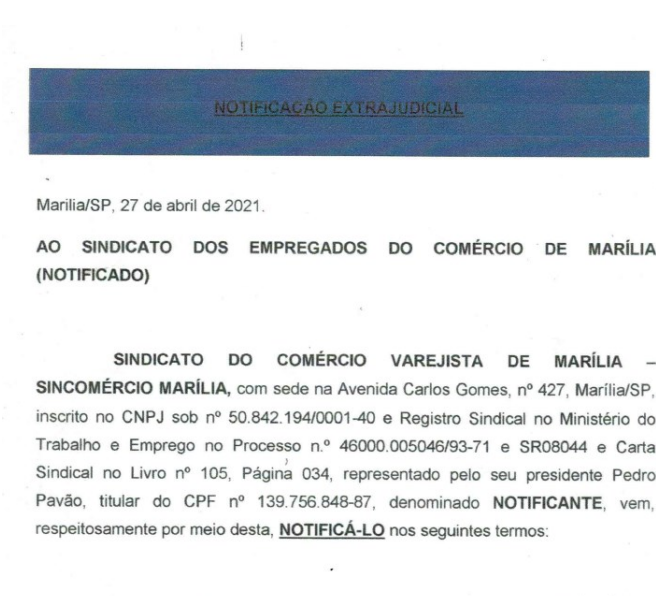
Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentaram o maior número de negativados.

O Sincomércio vê como positiva a retomada de consumo mas alerta para cuidado com o crediário.

LEGISLAÇÃO**Sincomércio notifica acordos ilegais com empresas**

O Sindicato do Comércio Varejista de Marília entregou no dia 28 de abril ao Sindicato dos Empregados do Comércio uma notificação extrajudicial para interromper uma prática indevida de assinatura de acordos individualizados com empresas com flexibilizações que contrariam a legislação e a Convenção Coletiva de Trabalho.

Os acordos individualizados, sem participação do Sincomércio, não só contrariam a convenção como a legislação trabalhista sobre a atuação das entidades, já que exclui o representante legal das empresas da análise das propostas.



Enquanto procura as empresas para os acordos individuais, o Sindicato dos Empregados ignorou repetidas propostas legais do Sincomércio para acordos gerais de proteção a empregos, empresas e geração de renda na base sindical.

A notificação lembra que eventual insistência neste modelo de acordo pode provocar medidas judiciais, inclusive na esfera criminal, contra os responsáveis pelas propostas.

“Além de prejudicar a economia e não

autorizar as hipóteses do Termo Intersindical proposto, o notificado induz ao erro todas as empresas do comércio quando os conclama para assinatura sem participação do Sincomércio”, diz o documento.

O Sincomércio lamenta a postura dos representantes de empregados na maior crise que o mundo enfrenta com fechamento de empresas e desemprego, em vez de buscar em conjunto o fortalecimento do comércio.

Empresas que recebem propostas podem buscar o Departamento Jurídico do Sincomércio para apoio.

Marilan conclui compra e vai distribuir linha da Casa Suíça

A Marilan, indústria de Marília que se tornou a segunda maior fabricante da categoria no país, concluiu a aquisição da Casa Suíça, uma das principais empresas do mercado de panetones e bolos no Brasil.

A partir de 1º de abril, a companhia assumiu as operações de venda, distribuição e merchandising dos

produtos da Casa Suíça em todo o território nacional.

Com este movimento, a equipe comercial da Marilan passa a ofertar, nos mais de 130 mil pontos de venda onde atua, além dos tradicionais biscoitos e torradas da empresa, toda a linha de bolos da Casa Suíça, já reconhecidos pelo mercado nacional.

Procon muda em Marília e foca cidadania em relações

Uma proposta de reorganização administrativa na Prefeitura de Marília transferiu para a Secretaria de Direitos Humanos o controle do Procon na cidade.

A medida é apresentada como uma proposta de inovações e proteção do consumidor, integrada à promoção, difusão e incentivo a ações, programas e políticas voltadas à cida-

dania. Inclusive o órgão estadual está ligado à Secretaria da Justiça e Cidadania.

O órgão deve buscar “saudável condução de mediações” e “resolução de conflitos”.

O Sincomércio destaca que sempre defendeu a negociação e divulgou normas e orientações de proteção.

EPIDEMIA**Calendário de vacina projeta novas etapas**

A partir de 6 de maio o Estado de São Paulo pretende iniciar a vacinação de idosos de 60, 61 e 62 anos.

A partir do dia 10, a vacinação começa para 50 mil pessoas com Síndrome de Down, 40 mil pacientes renais em tratamento de diálise e 30 mil transplantados em uso de imunossuppressores.

Nesses três grupos, serão aplicadas doses em pessoas adultas, na faixa de 18 a 59 anos, pois idosos pertencentes a esses públicos já estão contemplados nas etapas previamente anunciadas.

Já no dia 18, os motoristas e cobradores de ônibus do transporte coletivo municipal e intermunicipal poderão começar a receber a primeira dose.

O cronograma atualizado da campanha está disponível para [download e compartilhamento na página oficial](#).

O calendário em Marília e região depende da chegada das doses e organização dos serviços de saúde e devem ser acompanhado com as prefeituras.

Entre 60 e 62 anos	06 de maio
Síndrome de Down (18 a 59 anos)	10 de maio
Pacientes renais em diálise (18 a 59 anos)	10 de maio
Transplantados imunossuprimidos (18 a 59 anos)	10 de maio
Metroviários e ferroviários	11 de maio
Motoristas e cobradores de ônibus	18 de maio

Prefeituras querem comprar vacina russa, inclui Marília

O Consórcio Conectar, que reúne prefeitos de todo o país e inclui Marília, anunciou a previsão de comprar 30 milhões de doses de vacinas Sputnik V ainda neste mês.

Um comunicado do consórcio diz que secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, manifestou que não vê risco de o governo requisitar imunizantes adquiridos pelo Conectar.

Os prefeitos já estão em negociação com o governo russo para a compra das vacinas e no dia 13 de abril haviam manifestado o interesse nas doses.

A decisão sobre o critério de entrega de

vacinas do programa será definida pelos membros colegiados do Plano Nacional de Imunização (PNI).

O Ministério da Saúde já admitiu que não dispõe de experiência na distribuição de vacinas em nível municipal, e sim a nível estadual, mas que o diálogo é possível para viabilizar apoio nesse sentido.

A expectativa do Conectar é que o primeiro lote, com 5 milhões de doses, chegue ao Brasil entre maio e junho.

O fornecimento deve ser complementado no segundo semestre do ano, ainda sem datas indicadas.

Veja regras para atestado por casos de Covid

O trabalhador em isolamento social, em caso de infecção pelo novo coronavírus, deve apresentar atestado médico à empresa somente no oitavo dia de afastamento do emprego.

Com isso, de acordo com a Lei 14.128/2021, aprovada em março deste ano, o empregado fica dispensado de entregar o documento nos sete primeiros dias de ausência das atividades.

A alteração na legislação também estabeleceu que valem como atestados os seguintes documentos: emitidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS); eletrônicos que devem ser regulamentados pelo Ministério da Saúde (MS); de instituição da Previdência Social; de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria; de médico da empresa ou por ela designado; de médico de serviço de representação federal, estadual ou municipal; ou de médico da escolha do paciente.

TRÂNSITO**Empresa inicia instalação de zona azul digital na cidade*****Mercado amplia
previsão de
inflação para ano***

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 4,92% para 5,01%.

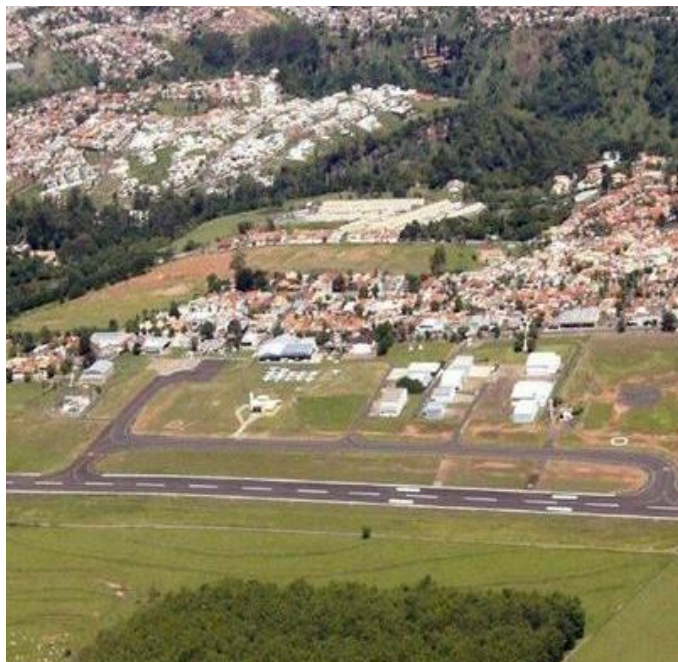
A estimativa está no boletim Focus de hoje (26), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,6%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o indicador é de 3,25%.

O cálculo para 2021 está próximo do limite da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

**Concessão de aeroporto
prevê novo terminal**

A concessão do aeroporto de Marília, lançada em abril com pacote de 22 aeroportos no Estado, prevê prazo de seis anos para que a cidade tenha novo terminal de passageiros que será o maior investimento do contrato com orçamento previsto de R\$ 8,2 milhões.

A obra deve ser iniciada no quinto ano do contrato, que prevê 30 anos de exploração da concessão na cidade.

Marília está no bloco Sudeste, que tem Ribeirão Preto como principal unidade.

A maior parte do investimentos em Marília será concentrada até o sexto ano. Depois estão previstas medidas de manutenção. A previsão inicial é de R\$ 20,9 milhões em investimentos.

Também no sexto ano deve ser entregue a nova via de acesso ao terminal e no sétimo ano um novo estacionamento, com gastos previstos de R\$ 1,08 milhão.

Além de novo terminal, a empresa deve assumir outras responsabilidades e obras e sinalização de segurança.

A empresa Rizzo Parking, de Indaiatuba, vencedora da concorrência pública para concessão dos serviços de zona azul digital em Marília, iniciou sua instalação na cidade.

A Rizzo vai administrar 3.000 vagas no total, das quais 2.790 terão exploração comercial com tarifas de R\$ 2 por uma hora e R\$ 4 por duas horas de parada.

O contrato prevê vagas de zona azul em todo centro comercial, na região do Poupatempo, em torno da praça São Bento e na região da avenida das Esmeraldas.

A empresa vai pagar uma outorga de R\$ 3,4 milhões pela concessão de 15 anos, além de repasses anuais de 10% para a Emdurb.

Um centro de atendimento já em instalação vai funcionar na rua São Luiz, 272, sala 4, ao lado do Teatro.

A plataforma a ser usada já está pronta. Lojistas podem ser revendedores com comissão. Interessados devem procurar a empresa.

CONTRATOS DE TRABALHO**MP autoriza flexibilização e mais medidas**

O Governo Federal publicou no [Diário Oficial da União](#) do dia 28 a Medida Provisória nº 1.046/2021 que estabelece flexibilizações temporárias na legislação trabalhista, que poderão ser adotadas pelos empregadores por até 120 dias.

Permite a empresas a realização de acordos para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho.

Foram flexibilizadas regras sobre teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e a antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho e adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A medida permite que o empregador altere o regime de trabalho para o teletrabalho.

Ele ainda pode determinar o retorno presencial. A alteração deve ser comunicada com antecedência de 48 horas.

**Setor de beleza pede apoio após dias de fechamento**

Os salões de beleza paulistas enfrentam graves problemas para impedir o fechamento do negócio, uma vez que a falta de classificação da atividade como essencial proíbe o seu funcionamento, em todo o Estado, nas fases emergencial e vermelha do Plano São Paulo.

A categoria enfatiza que após ficar sem poder trabalhar por tantas semanas e com as incertezas sobre por quanto tempo poderão funcionar e quanto tempo deverão ficar fechados, impossibilita qualquer empresário de arcar com as obrigações, como o pagamento de contas.

Flexibilidade no pagamento das contas de água e gás e impedimento do corte de fornecimento destes serviços, além de ajuda para honrar outras despesas, como aluguéis e salários são algumas das demandas do setor.

O pleito foi levado Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, que atendeu ao pedido do setor.

Veja como ficam férias e horas a compensar

Para as férias concedidas durante o período de vigência da MP, o empregador pode optar por pagar o adicional de um terço de férias após sua concessão, até a pagamento da gratificação natalina.

As empresas poderão conceder férias coletivas, devendo notificar o conjunto dos empregados com antecedência de 48 horas.

Nesse caso não há necessidade de observar o limite máximo de períodos anuais e o limite mínimo de dias corridos previstos na CLT, sendo permitida a concessão por prazo superior a trinta dias.

Por meio de acordo individual ou coletivo escrito, os empregadores poderão interromper as atividades produtivas e constituir um regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas.

A compensação deve acontecer em até 18 meses a partir do fim da vigência da MP.